

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2026/7674</b>	<b>11672/2026</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Assunto do Processo		
<b>Proposta à Câmara Municipal - AQ.01.26.DMOSM_ACORDO-QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS NA VIA PÚBLICA</b>		
Unidade Administrativa		
<b>DOM - UAC [ENTRADAS]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

**ORGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR: Câmara Municipal de Braga**

**CONCURSO PÚBLICO N.º AQ.01.26.DMOSM**

**PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATO POR CONCURSO PÚBLICO.**

**Contratação: "ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS NA VIA PÚBLICA".**

**Prazo de vigência do contrato:**  
**4 anos**

**valor global do acordo-quadro: €15.519.966,07**

Entidade adjudicante: Município de Braga, em conformidade com a alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do CCP.

Procedimento por Concurso Público, em conformidade com a alínea a) do artigo 19.º; n.º 1 do artigo 36.º, e alínea a) do número 1 do artigo 252.º, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

**Plataforma eletrónica:** <https://www.vortal.biz/pt-pt> (vortalvision).

### I. ENQUADRAMENTO



A solução contratual dos **Acordos Quadro** representa um instrumento de natureza jurídico-contratual com uma flexibilidade e maneabilidade que permite agilizar muito significativamente a ação da Divisão de Obras de Vias e Infraestruturas em particular e do Município de Braga em geral enquanto entidade adjudicante. Assim como na contratação e gestão de empreitadas de obras públicas cujos trabalhos apresentem simplicidade e que representem necessidades suscetíveis de *standardizar*.

A celebração dos acordos quadro – que são gratuitos, pelo que a conclusão do acordo em si não implicará despesa para a entidade adjudicante – habilitará o Município de Braga a atuar de forma imediata e automática, mobilizando um empreiteiro antecipadamente contratado e com as condições contratuais já estabelecidas sempre que se torne necessário executar determinados trabalhos de empreitada na via pública. O referido acordo apresenta, portanto, a virtualidade de permitir a adjudicação quase imediata de trabalhos de manutenção/ conservação da via pública, trabalhos esses de manifesta simplicidade técnica, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 42.º do *Código dos Contratos Públicos*.

Para esse efeito, os serviços da entidade adjudicante elaboraram um mapa descritivo de trabalhos e especificidades técnicas, com a maior abrangência possível, de modo a permitir oferecer uma resposta célere caso se verifique a necessidade de execução de diferentes tipos de trabalho de manutenção ou conservação da via pública.

A formação de um acordo-quadro para a execução de trabalhos na via pública, destina-se a munir a entidade adjudicante de ferramentas e instrumentos de atuação ágil e expedita, mobilizando empreiteiros antecipadamente selecionados e com as condições contratuais já estabelecidas sempre que se torne necessário executar trabalhos de empreitada na via pública, permitindo oferecer à comunidade uma resposta célere e eficaz na satisfação das necessidades de manutenção preventiva e corretiva das infraestruturas municipais.

Uma vez que todos os preços se encontrarão antecipadamente fixados no acordo-quadro a celebrar, a adjudicação das empreitadas, sejam elas de conservação, sejam de correção, efetuar-se-á de forma extremamente simplificada e desburocratizada. Quando tais adjudicações decorrerem de um contexto de incumprimento do empreiteiro responsável pela execução de uma obra, o preço contratual de cada intervenção será suportado por recurso às garantias da obra.

Com este expediente organizativo, procurar-se-á alcançar os objetivos seguintes:

- Dotar a entidade adjudicante de instrumentos contratuais que permitam adjudicar quase automaticamente obras de manutenção/conservação da via pública;
- Dotar a entidade adjudicante de instrumentos organizativos adequados a promover a superação rápida e eficaz de vícios de construção de empreitadas de obras públicas que tenha adjudicado;
- Sensibilizar o mercado de obras públicas para a circunstância de que a entidade adjudicante, dispondo de tais instrumentos, pode mais facilmente lançar mão deles, desmotivado assim a política de delongas e de comunicações dilatórias que muitos dos empreiteiros empreendem quando instados a proceder a trabalhos enquadrados no período de garantia da obra.

## **II. Particularidades do modelo de acordo-quadro desenhado:**

O acordo-quadro será celebrado com **três empreiteiros selecionados**, aqueles cujas propostas globais forem classificadas nas três primeiras posições no procedimento, por aplicação do critério de adjudicação. No fundo, selecionando as três propostas economicamente mais vantajosas.



O acordo-quadro integrará, portanto, **três diferentes listas de preços unitários**: para um mesmo mapa de trabalhos (o mesmo elenco de tipos de trabalhos que integra o caderno de encargos), indicar-se-á os preços unitários assumidos por cada um dos três empreiteiros.

A celebração de cada contrato ao abrigo do acordo-quadro (**a escolha do empreiteiro a partir das três entidades**) obedecerá à metodologia seguinte:

1. Seleção do(s) tipo(s) de trabalho(s) necessários à execução de cada obra pretendida, com recurso exclusivo ao elenco de tipos de trabalho constante do mapa que integra o Anexo IV ao programa do procedimento;
2. Associação aos tipos de trabalho selecionadas, nos termos anteriores, das quantidades necessárias à execução dos trabalhos, respeitando as unidades de medida definidas para cada tipo de trabalho selecionado;
3. Imputação, para o mapa de trabalhos e quantidades apurado nos termos anteriores, dos preços unitários constantes das propostas dos cocontratantes do acordo-quadro;
4. Determinação do preço total mais baixo, a partir da imputação prevista e, consequentemente do empreiteiro adjudicatário do específico contrato a celebrar.

Ou seja, identificada uma necessidade de intervenção, o Município de Braga:

1. Elaborará o mapa de trabalhos e quantidades da obra a executar, em conformidade com os pontos anteriores;
2. Apurará o preço total de cada empreiteiro selecionado no acordo-quadro para a execução da obra em causa;
3. Comunicará a todos os empreiteiros selecionados as operações efetuadas e, simultaneamente, notificará ao empreiteiro escolhido – **por ser aquele que executará a obra ao mais baixo preço, por consideração dos preços unitários que apresentou para o acordo-quadro** - adjudicação do contrato optativo em causa.

Com esta solução, enquadrada no n.º 2 do artigo 252.º, n.º 1, a) do *Código dos Contratos Públicos*, será sempre selecionado, para cada obra, o empreiteiro que tiver a «*proposta mais vantajosa*», por simulação dos respetivos preços unitários ao mapa de trabalhos e quantidades.

### III. Proposta:

Encontram-se reunidas as necessárias condições para a celebração de ***acordo quadro de adjudicação a três cocontratantes para a execução de obras na via pública*** nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º e dos artigos 251.º, 252.º, n.º 1, a) e 258.º, todos do *Código dos Contratos Públicos*:

a) Adotando para o efeito o **procedimento de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia** nos termos do disposto nos artigos 16.º, n.º 1, c) e 130.º por força do n.º 2 do artigo 253.º do *Código dos Contratos Públicos*, ao abrigo do critério de valor do contrato para a escolha do procedimento, porquanto:

i. Apesar da celebração do acordo-quadro a concursar não implicar, diretamente e por si só, a realização de qualquer despesa, uma vez que terá ele por objeto a atribuição à entidade adjudicante, a título unilateral e gratuito, de um direito de opção de vir a celebrar com as entidades selecionadas múltiplos contratos de empreitada de obras públicas com caráter oneroso;



ii. O procedimento de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia permitirá, reforçando, com caráter optativo, a celebração de contratos de empreitada de obras públicas com preço contratual acumulado de valor superior €5.382.000\*\*, ou seja, acima do montante do limiar Europeu (*com publicação no JOUE*), nos termos do disposto na alínea a), do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos.

b) Adotando, para o efeito, as **peças procedimentais** anexas à presente e que se indicam:

i. Programa do procedimento;

ii. Caderno de encargos, que compreende as cláusulas técnicas especiais;

iii. Mapa de trabalhos e quantidades máximas.

c) Fixam-se como **parâmetros base**, para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos, os **preços unitários** referenciados no mapa de trabalhos constante do Anexo I ao programa do procedimento, significando aqueles preços máximos unitários que o dono da obra se dispõe a pagar pela execução de cada um dos trabalhos ali identificados em qualquer dos contratos de empreitada que venha a ser celebrado.

d) O **prazo de vigência do acordo quadro** será de **4 anos**, sem prejuízo da possibilidade da entidade adjudicante poder denunciá-lo decorridos que estejam 6 (seis) meses de vigência, caso venha a constatar que a manutenção deste instrumento contratual já não apresenta virtualidades económicas ou procedimentais que justifiquem a respetiva manutenção.

e) O **Júri do procedimento** terá a seguinte composição:

#### **Membros efetivos:**

#### **Membros suplentes:**

Que nas suas faltas e impedimentos o Presidente do júri seja substituído pelo membro efetivo: António Torres.

f) A adjudicação obedecerá ao critério *do mais baixo preço* por aplicação da fórmula seguinte:

$$VPT \approx \sum (PI * VPUi)$$

Sendo:

VPT - Valor da proposta - Preço total

VPUi - Preço Unitário de cada espécie de trabalho



Pi – Quantidades previstas em cada espécie de trabalho.

g) São elementos relevantes no procedimento:

i. A **prestação de caução no valor de € 10.000,00** (dez mil euros), pelas entidades selecionadas, destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do acordo quadro, bem como com as obrigações que resultem da celebração dos contratos de empreitada (optativos) celebrados ao abrigo do acordo quadro;

ii. A prestação de caução pelo empreiteiro escolhido para a execução de cada contrato de empreitada, nos termos e para os efeitos previstos no Código dos Contratos Públicos, para garantia do perfeito e pontual cumprimento das obrigações aí assumidas;

h) São **elementos relevantes** para a execução dos contratos de empreitada a celebrar ao abrigo do acordo quadro:

i. A **fórmula de revisão de preços** será a seguinte: **F17 (Pavimentação de estradas)**;

ii. O adjudicatário terá de ser titular de **alvará** com as autorizações seguintes:

- 1.<sup>a</sup> Subcategoria da 2.<sup>a</sup> categoria na 4.<sup>a</sup> classe (Vias de circulação rodoviária);
- 6.<sup>a</sup> Subcategoria da 2.<sup>a</sup> categoria na 2.<sup>a</sup> classe (saneamento básico);
- 8.<sup>a</sup> Subcategoria da 2.<sup>a</sup> categoria na 3.<sup>a</sup> classe (calcetamentos);
- 11.<sup>a</sup> Subcategoria da 2.<sup>a</sup> categoria na 1.<sup>a</sup> classe (sinalização).

A exigência da classe de habilitação justifica-se pela circunstância de um ou vários contratos (optativos) que vierem a ser celebrados ao abrigo do acordo quadro poderem consubstanciar, de *per si*, quando autonomamente considerados, a execução de trabalhos de valor correspondente à 3.<sup>a</sup> classe da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> categoria.

iii. **CPV**

- 45233161-5 – Construção de via pedonal
- 45233220-7 – Pavimentação de estradas
- 45233221-4 – Obras de sinalização horizontal de estradas

i) A formação do acordo-quadro para a execução dos contratos públicos de empreitada aqui proposto constitui uma **solução indispensável para a satisfação das necessidades** a que os objetos daqueles contratos visam dar resposta, dado que a entidade adjudicante não dispõe de recursos próprios adequados à realização interna das prestações que integram o conteúdo essencial dos mesmos.

### **III.I. Gestor do contrato**

A gestão do contrato, nos termos previstos no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, que assegurará o permanente acompanhamento da sua execução, será confiada ao **Eng. Carlos Rodrigues**, a desempenhar funções no Departamento Municipal de Obras Municipais, estrutura que, na entidade adjudicante, assegura a gestão funcional dos interesses a que o objeto do contrato visa responder.



### III.II. Delegação de competências

Que ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 109.º do CCP, sejam delegadas no Júri ou nos serviços da Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais (DMOSM) as seguintes competências:

- Proceder a todas as formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica, desde o início até à respetiva conclusão;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, nos termos do art.º 66.º do CCP;
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º e artigo 116.º ambos do CCP;
- Proceder às correções nas peças do procedimento de erros cálculo ou escrita, e erros nos dados introduzidos na plataforma eletrónica;
- Proceder às diligências necessárias para resposta aos concorrentes sobre os erros e omissões do Caderno de Encargos;
- Proceder às prorrogações do prazo, nos termos do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos;
- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos e respetivas notificações;
- Proceder ao envio de todas as notificações necessárias ao procedimento.

### I.V. Projeto de decisão:

**Nestes termos, propõe-se que se decida promover o concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia para a celebração de um *Acordo Quadro para a execução de empreitadas de obras na via pública*, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º e artigo 252.º, n.º 1, a) do Código dos Contratos Públicos e em conformidade com o supra exposto.**

Braga, 5 de março de 2026


Pelos Serviços da DMOSM/DOM/UAC

### Em anexo nos documentos do processo:

Programa do Procedimento; Caderno de encargos; Anexo VI (Mapa de trabalhos).

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**




 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.26.DMOSM

Município de Braga

CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE  
“ACORDO-QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS”

Valor global do acordo-quadro: €15.519 966,07 (quinze milhões, quinhentos e dezanove mil e novecentos e sessenta e seis euros e sete cêntimos).

Vigência do contrato: 4 anos

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.26.DMOSM

## Capítulo I – Disposições Gerais

### Artigo 1.º

#### (Identificação e objeto do concurso)


1.- O concurso designa-se «concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia para a celebração de um “Acordo-quadro para a execução de obras em pavimentos na via pública», o qual foi publicado no *Diário da República* e no *Jornal Oficial da União Europeia*.

2.- O presente concurso público tem por objeto a escolha de três cocontratantes particulares para a celebração de um acordo-quadro ao abrigo do qual se pretende celebrar múltiplos de contratos de empreitada de obras públicas, para a execução de diversos trabalhos de reparação da via pública, de manifesta simplicidade, nos termos e condições definidas nas especificações constantes do caderno de encargos.

3.- O acordo-quadro, que se materializa num contrato de opção, terá por objeto a atribuição à entidade adjudicante do direito de celebrar, com cada uma das três entidades a seleccionar, nos termos previstos no caderno de encargos, múltiplos contratos (optativos) de empreitadas de obras públicas com o objeto identificado no número anterior.

4.- O acordo-quadro tem natureza gratuita, na medida em que os cocontratantes atribuem à entidade adjudicante o direito de opção de esta determinar a celebração de contratos sem qualquer contrapartida remuneratória ou outra, não ficando a entidade adjudicante obrigada a pagar qualquer preço por mor de tal atribuição, nem o reconhecimento de qualquer benefício económico, direto ou indireto, seja a que título for aos cocontratantes do acordo-quadro.



 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.26.DMOSM

## Artigo 2.º

(Objeto dos contratos a celebrar)

1.- Os contratos (optativos) de empreitadas de obras públicas a celebrar ao abrigo do acordo-quadro terão por objeto a execução de obras na via pública, mais concretamente dos tipos trabalhos do tipo indicado no Anexo VI ao caderno de encargos, nas quantidades exigidas pela necessidade identificada.

2.- De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos contratos públicos, adotada pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), publicado no *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º L340, de 16 de dezembro de 2002, com as alterações introduzidas pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003 da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, publicado no *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º L329, de 17 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º L74, de 15 de março de 2008, o objeto do presente procedimento tem a seguinte classificação CPV:

- 45233161-5 – Construção de via pedonal;
- 45233220-7 – Pavimentação de estradas;
- 45233221-4 – Obras de sinalização horizontal de estradas.


## Artigo 3.º

(Identificação da entidade adjudicante)

1.- A presente contratação é promovida pelo Município de Braga, que se assume como entidade adjudicante.

2.- A entidade adjudicante tem sede na Praça Municipal, 4700 – 435 Braga, e oferece os contactos seguintes:

- a) Telefone: +351253616060;
- b) Telefax: +253203151;
- c) Endereço eletrónico: [contratacao.empreitadas@cm-braga.pt](mailto:contratacao.empreitadas@cm-braga.pt)

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.26.DMOSM

3.- O presente procedimento tramita na plataforma eletrónica <https://www.vortal.biz/pt-pt/> (VORTALVISION), nos termos previstos no n.º 4 do artigo 62.º do *Código dos Contratos Públicos* e da Lei n.º 98/2015, de 17 de agosto.

#### Artigo 4.º

(Órgão competente e decisão de contratar)


1.- A decisão de contratar, a escolha do procedimento, a aprovação das peças do procedimento, a aprovação da despesa e as demais decisões naquelas compreendidas, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do *Código dos Contratos Públicos*, foram tomadas pela Câmara Municipal de Braga.

#### Artigo 5.º

(Fundamentação da decisão de contratar)

1.- A formação do um acordo-quadro para a execução de trabalhos na via pública, destina-se a munir a entidade adjudicante de ferramentas e instrumentos de atuação ágil e expedita, mobilizando um dos empreiteiro antecipadamente selecionado e com as condições contratuais já estabelecidas sempre que se torne necessário executar trabalhos de empreitada na via pública, permitindo oferecer à comunidade uma resposta célere e eficaz na satisfação das necessidades de manutenção preventiva e corretiva das infraestruturas municipais.

2.- O recurso a um processo de contratação pública é absolutamente indispensável para a concretização do interesse público municipal inscrito no número anterior, dado que só apenas operadores económicos especializados e capacitados no mercado detém capacidade técnica instalada para a concretização do empreendimento, não tendo a entidade adjudicante recursos

 <b>DMOSM/DOM/UAC</b>	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.26.DMOSM

humanos, técnicos, materiais e vocação organizativa para empreender as prestações internamente.

#### Artigo 6.º

##### (Modalidade do acordo-quadro)

1.- O acordo-quadro será celebrado com três entidades na modalidade prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 252.º do *Código dos Contratos Públicos*, porquanto, na sequência da adjudicação, estarão especificados, de forma suficiente, todos os aspetos da execução dos contratos de aquisição de bens a celebrar ao seu abrigo.


2.- O acordo-quadro será celebrado entre a entidade adjudicante e as três entidades que tenham subscrito as propostas economicamente mais vantajosas à luz do critério de adjudicação, nos termos do disposto no artigo 253.º, n.º 4 do *Código dos Contratos Públicos*, podendo tal seleção ser em número inferior caso o número de propostas apresentadas e não excluídas venha a ser inferior, mas sempre em número mínimo de duas.

3.- Cada contrato de empreitada a celebrar ao abrigo do acordo-quadro terá como contraparte da entidade adjudicante e uma das entidades selecionadas, nos termos do número anterior, mais concretamente aquela de cuja proposta resulte o mais baixo preço total para a realização da obra específica a execução, por aplicação dos preços unitários propostos aos tipos de trabalhos e quantidades indispensáveis à realização da intervenção em causa.

#### Artigo 7.º

##### (Adjudicação por lotes)

Dada a modalidade do acordo-quadro e a especificidade da sua disciplina, não há lugar à aplicação do disposto no artigo 46.º-A do *Código dos Contratos Públicos*, na consideração tradicional de adjudicação por lotes, na medida em que o acordo-quadro será celebrado com diversas entidades, assegurando-se a expressão concorrencial máxima e a captação de múltiplos operadores económicos, potencialmente com diferentes escalas e dimensionamento empresarial.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.26.DMOSM

#### Artigo 8.º

(Escolha do procedimento e valor do acordo-quadro)

1.- O procedimento de formação do acordo-quadro assume a tipologia e tramitação de *Concurso Público com Publicação de Anúncio no Jornal Oficial da União Europeia* e foi escolhido ao abrigo do critério do valor, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 19.º, por remissão do artigo 253.º, n.ºs 1 e 2, ambos do *Código dos Contratos Públicos*.

2.- A escolha do procedimento, para efeitos do disposto no artigo 253.º, n.º 2 do *Código dos Contratos Públicos*, destina-se a permitir à entidade adjudicante, querendo (a opção unilateral), celebrar, ao abrigo do acordo-quadro, contratos cujo somatório dos respetivos preços contratuais venha a ser superior aos limiares aplicáveis nos termos do artigo 474.º, mas sem o compromisso de o fazer.

3.- Para efeitos do disposto no artigo 17.º, n.º 4 do *Código dos Contratos Públicos*, define-se em € 15.668.984,07 (quinze milhões, seiscentos e sessenta e oito mil e novecentos e oitenta e quatro euros e sete cêntimos) o valor do acordo-quadro, correspondendo ao valor máximo de todos os contratos previstos como possíveis a serem celebrados ao seu abrigo, fixando-se também nesse montante o preço base do procedimento, interpretando-se esta referência como o montante máximo da despesa que a entidade adjudicante admite realizar ao abrigo do acordo-quadro, por consideração do somatório do preço contratual dos diferentes contratos que antecipa celebrar.


4.- A celebração dos contratos ao abrigo do acordo-quadro será realizada por ajuste direto, nos termos do artigo 258.º, n.º 1 do *Código dos Contratos Públicos* e com as especificidades previstas no caderno de encargos.

#### Artigo 9.º

(Consulta e fornecimento das peças do procedimento)

1.- As peças do presente procedimento são, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 40.º do *Código dos Contratos Públicos*, constituídas pelos seguintes documentos:

- a) O presente programa do procedimento e seus anexos;
- b) O Caderno de encargos e seus anexos.

 <p>DMOSM/DOM/UAC</p>	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	<p>PROGRAMA DO PROCEDIMENTO</p> <p>AQ.01.26.DMOSM</p>

2.- As peças do procedimento encontram-se patentes na página da plataforma eletrónica <https://www.vortal.biz/pt-pt/> (VORTALVISION), e em formato de documento eletrónico, na sede da entidade adjudicante, identificada no n.º 2 do artigo 3.º, onde podem ser consultados durante as horas de expediente, das 9h às 13h e das 14h às 17h, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

3.- Nas consultas não é permitida a reprodução por cópia, fotografia ou processo semelhante, de quaisquer documentos, nem neles fazer qualquer tipo de inscrição.

## Capítulo II – Concorrentes

### Artigo 10.º

#### (Concorrentes)


1.- Ao concurso poderão apresentar-se quaisquer interessados que não se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do *Código dos Contratos Públicos* e que cumpram os requisitos de habilitação para a execução das prestações compreendidas no objeto do acordo quadro a celebrar.

2.- Os concorrentes devem encontrar-se devidamente habilitados para o exercício da atividade de empreiteiro de obras públicas, sem prejuízo de tais concorrentes, nos termos da cláusula seguinte, poderem apresentar proposta em agrupamento composto por si e por outras entidades, habilitadas ou não para o exercício da atividade de empreiteiros de obras públicas, devendo, porém, os restantes membros do agrupamento que não sejam empreiteiros estar habilitados para o exercício das demais tarefas compreendidas no objeto do contrato a celebrar.

### Artigo 11.º

#### (Modalidade jurídica de associação de empresas)

1.- Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas, independentemente da atividade por elas exercida, sem que entre elas exista necessariamente qualquer modalidade jurídica de associação, desde que subscrevam e apresentem ao concurso

 <p>DMOSM/DOM/UAC</p>	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	<p>PROGRAMA DO PROCEDIMENTO</p> <p>AQ.01.26.DMOSM</p>

declaração de intenção de associação jurídica, em conformidade com o modelo constante do Anexo III ao presente programa.

2.- Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.

3.- Todos os membros do agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta que apresentarem.

#### Artigo 12.º

(Associação em caso de adjudicação)

1.- No caso de adjudicação, as empresas do agrupamento associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do acordo quadro, na modalidade jurídica de agrupamento complementar de empresas, agrupamento europeu de interesse económico ou de consórcio externo, conforme a opção do adjudicatário, mas sempre em regime de responsabilidade solidária passiva.

2.- Os membros do agrupamento podem, querendo, indicar um representante do agrupamento para efeitos de apresentação e assinatura da proposta, devendo para esse efeito serem emitidos e apresentados com a proposta os correspondentes instrumentos de mandato.


3.- Sem prejuízo do disposto no número anterior, a entidade adjudicante poderá consagrar diretamente no título contratual a responsabilidade solidária passiva das várias entidades que integrem o adjudicatário quando, para efeitos do disposto no número anterior, a modalidade de associação escolhida não implique a criação de uma entidade com personalidade jurídica.

### Capítulo III – Elaboração de propostas

#### Artigo 13.º

(Pedidos de esclarecimento, retificações e erros e omissões do caderno de encargos)

1.- Os esclarecimentos devem ser solicitados pelos concorrentes, por escrito, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

 <p>DMOSM/DOM/UAC</p>	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	<p>PROGRAMA DO PROCEDIMENTO</p> <p>AQ.01.26.DMOSM</p>

2.- Também até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por eles detetados.

3.- Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o Júri presta por escrito os esclarecimentos necessários à boa compreensão das peças e o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.


4.- O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previstos no número anterior, ou até ao final do prazo para entrega das propostas, caso em que se aplica o disposto no artigo 64.º do *Código dos Contratos Públicos*.

5.- Em qualquer caso, o órgão competente para a decisão de contratar, por sua iniciativa ou mediante proposta do Júri, tem a faculdade de suspender o prazo para apresentação de propostas, caso tal se repute necessário para a análise dos pedidos de esclarecimento e/ou da lista de erros e omissões, designadamente, para evitar os efeitos identificados na parte final da alínea b) do n.º 5 do artigo 50.º do *Código dos Contratos Públicos*.

6.- O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no número anterior.

7.- Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados são disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados ser imediatamente notificados desse facto.

8.- Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.26.DMOSM

#### Artigo 14.º

##### (Parâmetros base)

1.- Os preços unitários de referência identificados no Anexo VI a este programa representam, todos eles, parâmetros base para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 42.º do *Código dos Contratos Públicos*.

2.- Para efeitos do disposto no número anterior deve entender-se que os preços unitários base ali fixados constituem os limites máximos com os quais se deverão conformar os atributos da proposta a apresentar pelos concorrentes, significando, assim, o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar por cada unidade dos respetivos tipos de trabalhos implicados em cada contrato (optativo) de empreitada.

3.- A violação de qualquer um dos parâmetros base implica a consequência prevista na alínea b), do n.º 2, do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*.

#### Artigo 15.º

##### (Prazo de vigência)


O acordo-quadro será celebrado pelo prazo de 4 (quatro) anos, sem prejuízo da possibilidade da entidade adjudicante poder denunciá-lo decorridos que estejam 6 (seis) meses de vigência, através de comunicação escrita dirigida às entidades selecionadas, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias face à data pretendida para o termo da sua vigência, caso venha a constatar que a manutenção do mesmo já não apresenta virtualidades económicas ou procedimentais que a justifique.

#### Artigo 16.º

##### (Documentos que constituem as propostas)

1.- Com a apresentação das propostas os concorrentes manifestarão a sua vontade de celebrar o acordo-quadro e, ali, indicarão as condições em que se dispõe a cumpri-lo.




 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.26.DMOSM

2.- Os concorrentes deverão fazer acompanhar as suas propostas dos documentos seguintes, elaborados nos termos previstos no *Código dos Contratos Públicos*, designadamente em conformidade com o seu artigo 57.º:

- a) **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP);**
- b) Declaração de intenção de associação jurídica, em regime de responsabilidade solidária passiva, na modalidade de agrupamento complementar de empresas ou de consórcio externo, subscrita por todas as entidades que integram o agrupamento, em conformidade com o Anexo III ao presente programa, caso se verifique a hipótese prevista no artigo 11.º deste programa;
- c) Lista de preços unitários propostos para a execução de cada unidade dos tipos de trabalhos relacionados no Anexo VI ao presente programa, representando, cada preço unitário proposto, um atributo, para efeitos do disposto no artigo 56.º, n.º 2 do *Código dos Contratos Públicos*.

i. Dada a especial relevância para efeitos de análise de conformidade da proposta e subsequente avaliação, os concorrentes devem preencher obrigatoriamente, sob pena de exclusão, o ficheiro em formato editável (Excel), disponibilizado para esse efeito, na pasta “Caderno de Encargos” (Mapa VI), com os preços unitários propostos.

ii. A não apresentação do ficheiro (Mapa VI), nos termos acima indicados determina a exclusão da proposta.

 <p>DMOSM/DOM/UAC</p>	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	<p>PROGRAMA DO PROCEDIMENTO</p> <p>AQ.01.26.DMOSM</p>

3.- Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.

4.- Todos os documentos identificados nos números anteriores terão de ser, obrigatoriamente, documentos eletrónicos, nos termos do respetivo regime jurídico, assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão.

5.- A preterição da indicação de algum preço unitário exigido, nos termos da alínea c) do n.º 2 do presente artigo, implicará a exclusão da proposta, por força do disposto no artigo 70.º, n.º 2, a) do Código dos Contratos Públicos.

#### Artigo 17.º


(Idioma dos documentos da proposta)

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

#### Artigo 18.º

(Proposta variante)

Não é admitida a apresentação de proposta (s) variante (s), considerando-se como tal, nos termos do n.º 1 do artigo 59.º do *Código dos Contratos Públicos*, a (s) proposta (s) que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenha (m) atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.26.DMOSM

## Capítulo IV – Apresentação das propostas

### Artigo 19.º

#### (Prazo e modo de apresentação das propostas)

1.- Os documentos que constituem as propostas, indicados no artigo 16.º do presente programa de concurso, deverão ser entregues até às 18H00 do 30º dia a contar do envio para publicação do anúncio no Diário da República.

2.- Os documentos que constituem a proposta devem ser diretamente apresentados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, através do endereço [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).


3.- No caso de a plataforma eletrónica prevista no número anterior se encontrar indisponível, os documentos da proposta devem ser apresentados através do endereço de correio eletrónico previsto no artigo 3.º deste programa ([contratacao.empreitadas@cm-braga.pt](mailto:contratacao.empreitadas@cm-braga.pt)).

4.- Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas e dos documentos que as acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem.

5.- O concorrente, na apresentação da sua proposta, para efeitos do artigo 62.º do *Código dos Contratos Públicos*, deverá observar o disposto nos artigos 54.º, 64.º e 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, assinando todos os documentos apresentados, independentemente do formato de ficheiro, com certificados de assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão da proposta.

6.- No caso de os documentos serem carregados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante através de certificado de assinatura eletrónica qualificada em que não se possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, os concorrentes devem proceder à junção de documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 54.º Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

7.- Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, o documento referido na alínea a) do n.º 2 do artigo 16.º (Anexo I), deve ser assinado pelo

 <p>DMOSM/DOM/UAC</p>	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	<p>PROGRAMA DO PROCEDIMENTO</p> <p>AQ.01.26.DMOSM</p>

representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato (documento eletrónico) emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinado por todos os seus membros ou respetivos representantes.

8.- A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos e não preclude a exigência inscrita no n.º 5 do presente normativo.

#### Artigo 20.º

(Prazo da obrigação de manutenção das propostas)

1.- Os concorrentes ficam obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, renovando-se por igual período caso os concorrentes, naquele prazo, nada requeiram em contrário.

2.- Constitui motivo de exclusão da proposta a declaração de um prazo de manutenção das propostas inferior ao previsto no número anterior.

### Capítulo V – Análise e avaliação das propostas


#### Artigo 21.º

(Esclarecimentos à proposta)

1.- O júri pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos que considere necessários para efeito de análise e de avaliação das propostas.

2.- Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, nem visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão.

3.- Todos os concorrentes serão notificados da prestação de esclarecimentos e de que os mesmos se encontram juntos ao processo.

 <p>DMOSM/DOM/UAC</p>	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	<p>PROGRAMA DO PROCEDIMENTO</p> <p>AQ.01.26.DMOSM</p>

#### Artigo 22.º

##### (Suprimento das propostas)

1.- O suprimento das irregularidades das propostas terá lugar, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 72.º do *Código dos Contratos Públicos*, nas situações ali enunciadas e sempre que, nos termos legais, a intervenção não prejudique os princípios enformadores do procedimento pré-contratual, nem os fins, interesses e valores jurídicos que a norma preterida visem proteger.

2.- O Júri procederá diretamente à correção e suprimento de erros de cálculo, de escrita e outros lapsos das propostas que sejam evidentes para qualquer destinatário, facilmente compreensíveis como tais no contexto da declaração negocial ou das circunstâncias em que a mesma foi efetuada.

#### Artigo 23.º

##### (Critério de adjudicação)

1.- O critério de adjudicação das propostas é da *proposta economicamente mais vantajosa* na modalidade de *monofator*, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 74.º do *Código dos Contratos Públicos*.

2.- O monofator previsto no número anterior será operacionalizado através da identificação do mais baixo somatório do produto dos preços unitários propostos pela respetiva quantidade total prevista em cada artigo e prevista no Anexo VI a este programa, aplicando a fórmula seguinte:


$$VPT = \sum (Pi * VPUi)$$

Sendo:

VPT - Valor da proposta - Preço total

VPUi - Preço Unitário atribuído a cada espécie de trabalho previstas no anexo VI


Pi – Quantidades de trabalho prevista em cada espécie de trabalho prevista no anexo VI

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.26.DMOSM

3.- Concluída a análise das propostas, a entidade adjudicante graduá-las-á por ordem decrescente de mérito e identificará as três propostas, ordenadas nas três primeiras posições, para efeitos de celebração do acordo-quadro.

4.- Verificando-se a necessidade de desempate para a identificação das propostas graduadas nas três primeiras posições da lista de ordenação, a diferenciação será assegurada com recurso a um sorteio, cumprindo-se a metodologia seguinte:

- a) O sorteio será realizado após a análise das propostas e verificada a igualdade entre duas ou mais propostas admitidas e a impossibilidade de diferenciar por recurso aos atributos da proposta;
- b) Todos os concorrentes serão notificados da data, hora e local onde será realizado o sorteio;
- c) O sorteio será público e presencial, participando os membros efetivos do júri e, assim o entendam, os representantes dos concorrentes, credenciados para efeitos da sua identificação, além de terceiros, interessados ou não, no procedimento;
- d) Do sorteio será lavrada ata, assinada pelos membros do júri e representantes dos concorrentes presentes, sendo que a recusa destes constará da ata como incidente, ata essa que será apensa ao processo de contratação e divulgada por todos os concorrentes.
- e) O sorteio é puro, sem condicionantes, e obedecerá ao tipo “sorteio de bolas”, nos termos da metodologia infra:
  - i. Serão colocadas bolas de cores diferentes, incluindo bolas branca e preta, em saco preto, não passível de ser vislumbrado o conteúdo;
  - ii. O número de bolas inserido é correspondente ao número de propostas a desempatar, incluindo, como regra, sempre, as bolas branca e preta;
  - iii. Para efeitos da extração das bolas, a ordenação dos concorrentes é estabelecida pela seriação da ordem de apresentação das propostas;
  - iv. Cada concorrente tem direito a extrair uma bola, cumprindo aos membros do júri garantir tal, sendo que na ausência, ou recusa, do

 <p>DMOSM/DOM/UAC</p>	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	<p>PROGRAMA DO PROCEDIMENTO</p> <p>AQ.01.26.DMOSM</p>

representante de qualquer concorrente, cumpre ao presidente do júri a extração da bola em substituição daquele.

#### Artigo 24.º

##### (Audiência prévia e adjudicação)

1.- A decisão de adjudicação, com a escolha das três propostas economicamente mais vantajosas que integrarão o conteúdo do acordo-quadro, proposta pelo júri em relatório fundamentado será precedida de audiência prévia escrita dos concorrentes.

2.- Os concorrentes têm 5 (cinco) dias após a notificação do Relatório Preliminar de Análise e Avaliação das Propostas para se pronunciarem sobre o mesmo.

3.- Durante a fase de audiência prévia, os concorrentes poderão, querendo, consultar todo o processo de contratação na sede da entidade adjudicante, no formato com que os documentos tiverem sido elaborados.

#### Artigo 25.º

##### (Caducidade da adjudicação)

A caducidade da adjudicação, ao abrigo dos artigos 86.º, 87.º, 87.º-A, 91.º, 93.º e 105.º do *Código dos Contratos Públicos*, produzirá efeitos circunscritos ao adjudicatário inadimplente, procedendo-se, também de forma circunscrita, à reordenação da lista de graduação das propostas e à nova seleção que se imponha, nos termos previstos no artigo 23.º deste programa.


### Capítulo VI – Habilitação e Caução

#### Artigo 26.º

##### (Requisitos)

1.- sem prejuízo do disposto no artigo 8.º da Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, são requisitos de habilitação, sob pena de caducidade da adjudicação, os seguintes:

- a) A titularidade de alvará de construção, emitido pelo *Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P (IMPIC, IP)*, titulando as autorizações:

 <p>DMOSM/DOM/UAC</p>	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	<p>PROGRAMA DO PROCEDIMENTO</p> <p>AQ.01.26.DMOSM</p>

- 1.ª Subcategoria (Vias de circulação rodoviária e aeródromos da 2.ª Categoria (Vias de Comunicação, obras de urbanização e outras infraestruturas), na classe 4;
- 6ª Subcategoria (Saneamento básico) da 2.ª Categoria (Vias de Comunicação, obras de urbanização e outras infraestruturas), na classe 2;
- 8ª Subcategoria (Calcetamentos) da 2.ª Categoria (Vias de Comunicação, obras de urbanização e outras infraestruturas), na classe 3;
- 11ª Subcategoria (Sinalização não elétrica e dispositivos de proteção e segurança) da 2.ª Categoria (Vias de Comunicação, obras de urbanização e outras infraestruturas), na classe 1.

b) A inexistência de qualquer impedimento, nos termos enunciados no artigo 55.º do *Código dos Contratos Públicos*.

2.- A exigência da classe de habilitação prevista na alínea a) do número anterior justifica-se pela circunstância de um ou vários contratos (optativos) que vierem a ser celebrados ao abrigo do acordo-quadro poderem consubstanciar, *de per si*, quando autonomamente considerados, a execução de trabalhos de valor correspondente à classe proposta.


#### Artigo 27.º

##### (Documentos de habilitação)

1.- As três entidades selecionadas – *adjudicatárias do procedimento* - devem entregar, no prazo de 5 (cinco) dias contar da notificação da decisão de adjudicação, sob cominação do prescrito no artigo 86.º do *Código dos Contratos Públicos*, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao presente programa, dele fazendo parte integrante;
- b) Comprovativo do Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), nos termos do artigo 28.º deste Programa do Procedimento;
- c) Certidão permanente ou código de acesso à mesma;
- d) Documentos comprovativos de que o concorrente não se encontra nas seguintes situações de impedimento previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do *Código dos Contratos Públicos*;



 <p>DMOSM/DOM/UAC</p>	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	<p>PROGRAMA DO PROCEDIMENTO</p> <p>AQ.01.26.DMOSM</p>

- e) Termo de responsabilidade do diretor técnico da obra;
- f) Plano de prevenção de corrupção e infrações conexas caso se verifique a hipótese prevista no n.º 9 do artigo 81.º do *Código dos Contratos Públicos*.

2.- Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada quando, pela sua própria natureza ou origem, estejam redigidos em língua estrangeira.

3.- O modo de apresentação dos documentos de habilitação deverá cumprir os termos constantes do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, tendo em conta o disposto no artigo 83.º- A do *Código dos Contratos Públicos*.

4.- Caso algum dos adjudicatários se veja impedido, por facto a si não imputável, de cumprir de forma perfeita e integral as obrigações impostas em sede de habilitação, deve invocar e justificar, de forma imediata, o impedimento e, logo que o mesmo cesse, proceder à regularização que se imponha.


5.- Caso se verifique a hipótese prevista no artigo 11.º deste programa, os documentos de habilitação referidos no n.º 1 devem ser todos os membros que constituem o agrupamento adjudicatário.

6.- Para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados, fixa-se em dois dias úteis o prazo, nos termos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 132.º do *Código dos Contratos Públicos*.

#### Artigo 28.º

##### (Registo Central de Beneficiário Efetivo)

1.- Em simultâneo com a apresentação dos documentos de habilitação, e em cumprimento da obrigação estabelecido no artigo 5.º do *Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo* (RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, deverão os adjudicatários apresentar documento comprovativo de registo no RCBE ou, em alternativa, facultar à entidade adjudicante o respetivo código de acesso.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.26.DMOSM

2.- Nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, a falta de apresentação do documento enunciado no número anterior impede a celebração do acordo-quadro objeto do presente procedimento.

3.- O incumprimento da obrigação prevista no n.º 1 do presente artigo, determina a caducidade da adjudicação nos termos e para os efeitos previstos no artigo 87.º-A do *Código dos Contratos Públicos*.

#### Artigo 29.º

##### (Caução)

1.- Cada adjudicatário do presente acordo-quadro garantirá por caução, a prestar nos termos do disposto nos artigos 88.º e seguintes do *Código dos Contratos Públicos*, em valor correspondente a **€ 10.000 (dez mil euros)**, o exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do acordo-quadro.


2.- A caução referida no número anterior garantirá, igualmente, as obrigações emergentes de cada um dos contratos optativos sempre que aquelas que, para aquele específico efeito, tiverem sido prestadas não se mostrem suficientes para satisfazer o eventual crédito da entidade adjudicante.

3.- Para efeitos de garantia do cumprimento das obrigações emergentes de cada um dos contratos (optativos) de empreitada a celebrar ao abrigo do acordo quadro, o adjudicatário prestará garantia autónoma, nos termos seguintes:


3.1- **Se o valor da adjudicação da empreitada ao abrigo do presente acordo-quadro for igual ou superior a €500 000,00 (quinhentos mil euros)**, o respetivo adjudicatário será notificado para apresentar caução, a prestar nos termos do disposto nos artigos 88.º e seguintes do *Código dos Contratos Públicos*, em valor correspondente a 5% do preço contratual, para garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

3.1.1- Os termos para a prestação da caução constam dos Anexos IV e V ao presente programa do procedimento.

3.2.- **Se o valor da adjudicação da empreitada ao abrigo do presente acordo-quadro, for inferior a €500 000,00 (quinhentos mil euros)**, não é exigida a prestação de caução, neste caso para garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.26.DMOSM

obrigações legais e contratuais, serão retidos 10% dos pagamentos a efetuar.

 <p>DMOSM/DOM/UAC</p>	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	<p>PROGRAMA DO PROCEDIMENTO</p> <p>AQ.01.26.DMOSM</p>

## Capítulo VII – Acordo quadro

### Artigo 30.º

#### (Minuta do acordo quadro)

1.- Nos termos do art.º 98 do Código dos Contratos Públicos, a minuta de contrato é aprovada em simultâneo com a decisão de adjudicação, pelo órgão competente para a decisão de contratar, e é notificada ao adjudicatário também em simultâneo com a decisão de adjudicação, nos termos do art.º 100 do Código dos Contratos Públicos.

2.- A minuta do contrato considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa, ou quando não haja reclamação, nos termos do artigo 101.º do Código dos Contratos Públicos, nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

3. O contrato deverá ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.

4. A outorga do contrato terá lugar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a aceitação da minuta pelo adjudicatário ou da decisão da reclamação, nos termos do art.º 104, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos.

5. O contrato deve ser assinado digitalmente com recuso a certificado digital qualificado, pelo/s representante/s da entidade adjudicatária, e devolvido à entidade adjudicante, **no prazo de 10 dias** a contar do envio da respetiva notificação, sob pena de caducidade da adjudicação.


### Artigo 31.º

#### (Celebração dos acordos quadro)

1.- O acordo-quadro será celebrado com os três operadores económicos cujas propostas forem graduadas nas três primeiras posições na lista de ordenação das propostas, por aplicação do critério de adjudicação previsto no programa do procedimento, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2.- O acordo-quadro será celebrado com menos de três entidades se o número de propostas ordenadas for em número inferior.

3.- O acordo-quadro será celebrado no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da aceitação, pelos adjudicatários, da minuta que lhe venha a ser notificada, sem prejuízo do

 <p>DMOSM/DOM/UAC</p>	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	<p>PROGRAMA DO PROCEDIMENTO</p> <p>AQ.01.26.DMOSM</p>


disposto no artigo 104.º do *Código dos Contratos Públicos*.

#### Artigo 32.º

##### (Direito de opção)

1.- Com a celebração do acordo-quadro (contrato de opção), cada entidade selecionada – Cada adjudicatário - atribuirá gratuitamente à entidade adjudicante o direito de esta determinar a celebração de múltiplos contratos de empreitadas de obras públicas (contratos optativos).

2.- Cada contrato de empreitada de obras públicas será celebrado com o adjudicatário que, para os tipos de trabalhos compreendidos na intervenção, tiver apresentado preços

 <p>DMOSM/DOM/UAC</p>	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	<p>PROGRAMA DO PROCEDIMENTO</p> <p>AQ.01.26.DMOSM</p>

unitários que, na globalidade, representem o mais baixo preço total das três propostas, nos termos melhor explicitados no caderno de encargos.

3.- Ficarà na exclusiva disponibilidade da entidade adjudicante exercer o direito de opção a que se alude no n.º 1 do presente artigo e, com isso, determinar a conclusão dos contratos optativos de empreitadas de obras públicas.

4.- O exercício do direito de opção pela entidade adjudicante, nos termos previstos no caderno de encargos, determina *ipso facto* a conclusão de cada contrato (optativo) de empreitada de obras públicas.

4.- A celebração de qualquer contrato de empreitada ao abrigo do acordo-quadro constitui opção unilateral da entidade adjudicante, não ficando, por isso, obrigada à celebração de qualquer contrato, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 255.º do *Código dos Contratos Públicos*.


#### Artigo 33.º

##### (Celebração de contratos ao abrigo do acordo quadro)

1.- A celebração de contratos ao abrigo do acordo-quadro terá como sujeitos as partes que outorgaram o acordo-quadro, não podendo neles estar implicada qualquer outra entidade.

2.- Da celebração dos referidos contratos não poderão resultar alterações substanciais das condições consagradas no acordo-quadro, sem prejuízo do disposto no artigo 257.º, n.º 3 do *Código dos Contratos Públicos*, o que expressamente se ressalva.

3.- A celebração dos contratos de empreitada obedecerá à disciplina prevista no caderno de encargos, que se conforma com o disposto no artigo 258.º do *Código dos Contratos Públicos*.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.26.DMOSM

## Capítulo VIII – Disposições Finais

### Artigo 34.º

(Plano de Trabalhos e PSS - Após adjudicação das empreitadas ao abrigo do presente acordo-quadro)

1.- Após adjudicação da empreitada ao abrigo do presente acordo-quadro, o adjudicatário será notificado para apresentar simultaneamente com a apresentação dos documentos de habilitação descritos no artigo 27.º deste Programa do Procedimento, os elementos seguintes:

- Plano de trabalhos; plano de mão-de-obra; plano de equipamentos e plano de pagamentos, ajustados à respetiva obra;
- Plano de segurança e saúde em fase de obra.

### Artigo 35.º

(Minuta e outorga do contrato - Após adjudicação das empreitadas ao abrigo do presente acordo-quadro)


1.- Nos termos do art.º 98 do Código dos Contratos Públicos, a minuta de contrato é aprovada em simultâneo com a decisão de adjudicação, pelo órgão competente para a decisão de contratar, e é notificada ao adjudicatário também em simultâneo com a decisão de adjudicação, nos termos do art.º 100 do Código dos Contratos Públicos.

2.- A minuta do contrato considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa, ou quando não haja reclamação, nos termos do artigo 101.º do Código dos Contratos Públicos, nos dois dias subsequentes à respetiva notificação.

3.- O contrato deverá ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.

4. - A outorga do contrato terá lugar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a aceitação da minuta pelo adjudicatário ou da decisão da reclamação, nos termos do art.º 104, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos.

5.- O contrato deve ser assinado digitalmente com recuso a certificado digital qualificado, pelo/s

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.26.DMOSM

representante/s da entidade adjudicatária, e devolvido à entidade adjudicante, no prazo de **10 dias** a contar do envio da respetiva notificação, sob pena de caducidade da adjudicação.

#### Artigo 36.º

##### (Comunicações)

1.- As comunicações feitas durante a fase de formação ou de execução do acordo-quadro, entre a entidade adjudicante e os interessados devem ser escritas e efetuadas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

2.- As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição.

4.- As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores e que tenham como destinatário a entidade adjudicante, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

#### Artigo 37.º

##### (Legislação aplicável)

Em tudo o omissso no presente programa de concurso, observar-se-á o regime do *Código dos Contratos Públicos* e restante legislação aplicável.

#### Artigo 38.º

##### (Acordo-Quadro\_Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas)

1.- O acordo-quadro que vier a ser celebrado, uma vez outorgado, entrará em vigor na data da sua assinatura, dado que não se encontra sujeito a visto, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 5.º n.º 1, alínea c) “a contrario sensu”, 44.º, n.º 1 e 46.º, n.º 1, alínea b) “a contrario sensu”, todos da LOPTC.


#### Artigo 38.º - A

##### (Fiscalização Prévia do TC \_ Contratos optativos ao abrigo do presente acordo-quadro)

1.- Os contratos cujo valor não exceda os 750.000,00€ ficam isentos de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, e entrarão em vigor na data da sua assinatura.

2.- Os contratos sujeitos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, produzem todos os seus




 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.26.DMOSM

efeitos antes da obtenção da declaração de conformidade ou visto prévio do Tribunal de Contas, nos termos e com as consequências decorrentes do artigo 45.º, n.º 3 da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, com as diversas alterações que lhe sucederam, exceto quanto à obrigação de pagamento dos trabalhos a realizar entre a data da consignação e a data da notificação ao dono da obra da declaração de conformidade ou visto prévio do Tribunal de Contas ou da sua recusa.

3.- No caso previsto na parte final do número anterior, os trabalhos já executados serão pagos ao empreiteiro, após aquela notificação desde que o respetivo valor não ultrapasse a programação contratualmente estabelecida para aquele período.

4.- O prazo de pagamento dos trabalhos executados nos termos do n.º 1 da presente cláusula conta-se a partir da notificação efetuada ao contraente público pelo Tribunal de Contas.

5.- Os contratos sujeitos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, cujo valor seja superior a 950.000,00€ não produzem quaisquer efeitos antes do visto ou declaração de conformidade e só entrarão em vigor na data da notificação ao dono da obra da declaração de conformidade ou do visto prévio, nos termos e com as consequências decorrentes do artigo 45.º, n.º 4 da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, com as diversas alterações que lhe sucederam.

 <b>DMOSM/DOM/UAC</b>	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	<b>PROGRAMA DO PROCEDIMENTO</b> AQ.01.26.DMOSM

## ANEXO I

### MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1.- ....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de<sup>1</sup> ..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do acordo-quadro a celebrar na sequência do procedimento de ..... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada<sup>2</sup> se obriga a executar o referido acordo-quadro, bem como os contratos que lhe venham a ser adjudicados ao seu abrigo, em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2.- Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo<sup>3</sup>:

a).....

b).....

3.- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido acordo-quadro, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.


4.- Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5.- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que

<sup>1</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>2</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>3</sup> Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.26.DMOSM


eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6.- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7.- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), ..... (data), [assinatura<sup>4</sup>].

<sup>4</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.26.DMOSM

## ANEXO II

### MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1.- ....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de<sup>5</sup> ..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada<sup>6</sup> não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Público.

2.- O declarante junta em anexo (ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados<sup>7</sup>) os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido.

3.- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.


..... (local), ..... (data), ..... [assinatura<sup>8</sup>].

<sup>5</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>6</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>7</sup> Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

<sup>8</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

 <p>DMOSM/DOM/UAC</p>	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	<p>PROGRAMA DO PROCEDIMENTO</p> <p>AQ.01.26.DMOSM</p>

### ANEXO III

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE INTENÇÃO DE ASSOCIAÇÃO JURÍDICA

[a que se refere o n.º 1 do artigo 11º do programa do procedimento]

....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de<sup>9</sup> ..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes),

e

....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de<sup>10</sup> ..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes),

e

- (...)

entidades que integram o concorrente ao.....<sup>11</sup>, tendo tomado claro, perfeito e cabal conhecimento dos termos e condições do procedimento declaram, sob compromisso de honra, que:


1.- Caso lhes venha a ser adjudicada o acordo-quadro, objeto do concurso, se constituirão em agrupamento complementar de empresas ou celebrarão contrato de consórcio em regime de responsabilidade solidária passiva;

2.- Independentemente do que em contrário se dispuser em qualquer momento no contrato de consórcio ou no instrumento de associação jurídica celebrado entre as entidades que integram o concorrente, todas elas responderão solidariamente pelo bom, perfeito e tempestivo cumprimento das obrigações para elas emergentes do acordo-quadro;

<sup>9</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>10</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>11</sup> Identificação do procedimento

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.26.DMOSM


3.- Qualquer alteração ao regime de responsabilidades das entidades do agrupamento é nula e de nenhum efeito na relação de todas com a entidade adjudicante se não conhecer o prévio acordo escrito desta;

4.- Nenhuma das entidades que integram o concorrente poderá ceder, total ou parcialmente, a sua posição jurídica no agrupamento, ou renunciar às suas obrigações, pelo que qualquer alteração na composição do mesmo merecerá a prévia autorização da entidade adjudicante.

..... (local), ..... (data), ..... [assinatura<sup>12</sup>].

---

<sup>12</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.26.DMOSM

#### ANEXO IV

(a que se refere o artigo 29.º do Programa do Concurso)

#### Modelo de Guia de Depósito para garantia das obrigações do adjudicatário

(n.º 2 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos)

€ \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

Vai \_\_\_\_\_ (Identificação completa do adjudicatário) \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_ (endereço) \_\_\_\_\_, depositar na \_\_\_\_\_ (sede, filial, agência ou delegação) \_\_\_\_\_ da \_\_\_\_\_ (instituição bancária) \_\_\_\_\_ a quantia de \_\_\_\_\_ (extenso) \_\_\_\_\_ em dinheiro/representada por títulos (1), como caução exigida no âmbito do \_\_\_\_\_ (identificar o procedimento) \_\_\_\_\_, relativo à adjudicação correspondente a \_\_\_\_\_ (2) \_\_\_\_\_, nos termos e para os efeitos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

Este depósito fica à ordem de \_\_\_\_\_ (entidade adjudicante) \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_ (endereço) \_\_\_\_\_, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.


\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura(s)\_\_\_\_\_.

-----

(1) Eliminar o que não interessar.

(2) Indicar o objeto da adjudicação (Ex.: Contrato de empreitada de ...).

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.26.DMOSM

## ANEXO V

(a que se refere o artigo 29.º do Programa do Concurso)

### Modelo de Garantia Bancária/Seguro-caução para garantia das obrigações do adjudicatário

(n.º 2 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos)

**Garantia Bancária n.º \_\_\_\_ ou Seguro-caução – Apólice n.º \_\_\_\_**


Em nome e a pedido de \_\_ (Identificação completa do adjudicatário) \_\_, vem o(a) \_\_ (Identificação completa da instituição garante) \_\_, pelo presente documento, prestar, a favor de \_\_ (Identificação completa da entidade beneficiária) \_\_, uma garantia bancária/seguro-caução (1), até ao montante de € \_\_, \_\_ (extenso) \_\_, destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do \_\_ (identificar o procedimento) \_\_, relativo à adjudicação correspondente a \_\_ (2) \_\_, nos termos e para os efeitos previstos nos n.ºs \_\_ (3) \_\_ do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde \_\_ % (4) do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (5) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.




 <p>DMOSM/DOM/UAC</p>	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	<p>PROGRAMA DO PROCEDIMENTO</p> <p>AQ.01.26.DMOSM</p>

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura(s)\_\_\_\_\_

-----

- (1) Eliminar o que não interessar.
- (2) Indicar o objeto da adjudicação (Ex.: Contrato de empreitada de ...).
- (3) Tratando-se de “garantia bancária”, devem indicar-se os n.ºs 6 e 8 (do artigo 90.º);  
Tratando-se de “seguro-caução”, devem indicar-se os n.ºs 7 e 8 (do artigo 90.º).
- (4) O valor da caução será de 5% do preço contratual, exceto se o valor da proposta adjudicada for considerada com “preço anormalmente baixo”, situação em que o valor da caução é de 10% do preço contratual – Vide n.ºs 1 e 2 do artigo 89.º.
- (5) Eliminar o que não interessar.

 DMOSM/DOM/UAC	ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS
	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO AQ.01.26.DMOSM

## ANEXO VI

[a que se refere o n.º 1 do artigo 2.º, o n.º 1 do artigo 14.º, o n.º 2 do artigo 16.º e o n.º 2 do artigo 23.º todos do programa do procedimento]

**Ficheiro em formato editável (Excel), disponibilizado na pasta “Caderno de Encargos” (Mapa VI), para submissão dos preços unitários propostos.**